



BICENTENÁRIO DA INSTALAÇÃO DA REAL FEITORIA DO LINHO CÃNHAMO NO RINCÃO DO CANGUÇU EM CANGUÇU-RS

FHE **POUPEX**



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Historiador Militar e Jornalista, Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de História e Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e correspondente da Acadsemiasde História de Portugal. Espanha, Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai integrou a Comissão de História do Exército do Estado- Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo ,Rio de Janeiro ,Rio Grande do Sul, Santa Catarina etc. Foi o 3º vice presidente do Instituto de Estudos Vale—paraibanos IEV no seu 13º Encontro em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende e Itatiaense de História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. Integrou a Comissão de História do Exército 1971-1974 e cursou a ECEME 1967/1969. E foi instrutor de História Militar na AMAN 1978-1980, onde integrou comissões a proposito dos centenários de morte do General Osório Marques do Herval e do Duque de Caxias. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em 1981-1982. O artigo a seguir foi publicado em 1983.

Artigo do autor na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro digitalizado para ser colocado na Internet em Livros e Plaquetas no site da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil www.ahimtb.org.br e cópia impressa no acervo da FAHIMTB doado em Boletim a AMAN em 2014 e integrado ao Pergamum de bibliotecas do Exército

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint serâ posteritate frui

Nº 340 — JULHO — SETEMBRO



Brasília — Rio de Janeiro
1983

Neste ano de 1983, transcorre o bicentenário da instalação da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu. Segundo conclusão de pesquisas, ela funcionou de 1783/88 em Canguçu Velho, na Serra dos Tapes, no Município de Canguçu, no Rio Grande do Sul.

No início dos anos 70 localizei e tirei fotos das ruínas de seu sobrado sede e mangueirão que foram publicadas em meu livro **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, IEL, 1975.

Segundo Arno Welhing a Real Feitoria foi estabelecida em razão da necessidade de Portugal em produzir este artigo que pesava negativamente em sua balança comercial e que de 1782-1808 teve alta internacional acentuada.

Acreditamos que além de problemas na balança comercial, a instalação da Real Feitoria em Canguçu, no ano seguinte ao da criação de nossa atual Escola Naval em Portugal, visava reduzir a dependência militar de Portugal à Inglaterra, no tocante à Marinha.

O linhocânhamo era fornecido a Portugal pela Inglaterra. Constituíam-se à época matéria-prima de natureza estratégica, destinada à fabricação de velas e cabos essenciais à captação de energia eólica, dos ventos, que movimentava os navios até o advento do navio a vapor.

A instalação da Feitoria em Canguçu, corruptela da palavra indígena **caa-guassú** (Mata Grande) era assunto histórico nebuloso, carente de fontes e apagado na memória nacional e rio-grandense.

A ele fomos conduzidos ao iniciarmos faz vinte e cinco anos estudos sobre nosso município natal, também à época, uma comunidade com significativa perda de sua memória e ora significativamente restabelecida através de nosso estudo **Canguçu Reencontro com a História — um exemplo de reconstituição de memória comunitária**, ora em edição em sua parte histórica pelo governo do Rio Grande do Sul.

O local escolhido para a Real Feitoria foi uma área de cerca de 17.000 ha, incrustada na sesmaria que fora concedida, após 1780, ao capitão-mor e coronel de Milícias Paulo Xavier Rodrigues Prates. A Real Feitoria estendia-se de Canguçu-Velho, no município de Canguçu atual, ao longo do vale do então arroio Canguçu (atual Arroio Grande) até as proximidades da ilha de Canguçu, atual Feitoria, próximo de onde o Arroio Grande desemboca e onde possuía a sede de sua estância o capitão-mor Paulo Xavier Rodrigues Prates mencionado.

Foram incumbidos da organização e administração da feitoria o padre Francisco Rodrigues Prates, irmão do capitão-mor Paulo Xavier Rodrigues Prates, o tenente Antônio José Machado de Moraes Sarmiento e os soldados do Regimento de Bragança, irmãos João e Mathias Martins, Unidade Militar que, em 1º de abril de 1776, participara da reconquista da Vila de Rio Grande, ao comando do coronel Sebastião Xavier da Câmara Veiga Cabral que, como governador do Continente do Rio Grande (atual RS) de 1780-1801, concedeu terras no município de Canguçu, supervisionou a instalação da Real Feitoria e terminou por fundar a atual cidade de Canguçu, em 1800.

De uma exposição sobre o linhocânhamo do rio Grande de São Pedro, feita ao Vice-Rei, em 1801, pelo administrador da Real Feitoria em São Leopoldo, o padre Antônio Gonçalves Cruz, conclui-se que foi expressiva a produção do estabelecimento em Canguçu e jamais alcançada pelo de São Leopoldo.

Em torno da Real Feitoria em Canguçu, segundo o general Souza Docca, **«além dos casais açorianos que já existiam no local condensaram-se outros casais»**. Condensação presumo em função principalmente da segurança proporcionada pelos

militares que a administravam e assistência religiosa proporcionada pelo padre Francisco Xavier Prates, tio-avô do que viria a ser o primeiro bispo do Rio Grande do Sul, D. Feliciano Rodrigues Prates.

A Real Feitoria em Canguçu foi acionada por 44 escravos provenientes da Real Fazenda em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, fazenda que pertencera aos jesuítas, foi propriedade após da Família Real. Era descanso predileto de D. João VI. Nela tiveram lua- de-mel D. Pedro e D. Leopoldina. D. Pedro II nela veraneou até ali falecer seu filho, o príncipe herdeiro do trono. Depois D. Pedro II abandonou a fazenda e transferiu-se para Petrópolis, que desde então passou a ser local de veraneio da Família Real, segundo F. Paula Azevedo Ponde em **Manuscritos da Casa do Trem**.

Em 1788 a Real Feitoria do Rincão do Canguçu foi transferida para Faxinal da Courita em São Leopoldo atual, local hoje conhecido como Feitoria, onde funcionou até 1824, quando foi extinta, para abrigar em suas instalações os primeiros colonos alemães.

Em carta do Vice-Rei Luís de Vasconcelos, de 6 de agosto de 1788, publicada por Carlos de Souza Morais na **Revista do IHSão Leopoldo**, conclui-se que a razão fundamental da transferência foi o fato de em Canguçu as lavouras e campos ficarem mais distantes dos portos de embarque no Arroio Correntes e na ilha Canguçu (atual da Feitoria) na Lagoa dos Patos, do que em São Leopoldo, onde a Feitoria ficava bem próximo do rio dos Sinos.

Pela documentação disponível, não fica bem claro se a transferência da Real Feitoria de Canguçu para São Leopoldo se processou em função de interesses do Estado ou de particulares. É preciso o surgimento de outros documentos para chegar-se a uma conclusão definitiva.

O fato é que a Feitoria em São Leopoldo nunca ultrapassou em produção de linho a de Canguçu.

Com a fundação em 1800 da cidade de Canguçu atual, a primitiva sede da Real Feitoria passou a ser conhecida como Canguçu Velho, denominação que até hoje perdura.

FONTES

BENTO, Cláudio Moreira. História da Real Feitoria do Linhocânhamo do rincão do Canguçu. Diário Popular, Pelotas. 30 ago. 1970.

_____. História da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu. **Almanaque do Correio do Povo**, Palegre, 1973.

_____. Pelotas até a fundação do Diário Popular. **Diário Popular**. Pelotas (Edição do 90º aniversário do jornal).

_____. **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul**. Palegre, IEL, 1975.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Doc. 10, Lata 148 (Memória sobre a Feitoria do Linhocânhamo em São Leopoldo, 1801).

PONDE, F. A. gen. **Manuscritos da Casa do Trem**, Rio, Xerox, 1972, p. 65.

MORAES, J. C. **Imigração e Colonização alemã do RGS**. Palegre, Grafosul, 1980.

WELHING, Arno. **Anais do Simpósio da Restauração do RGS**. Rio, IHGB — IGHMB, 1978.

Estão disponíveis em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB WWW.ahimtb.org.br outras abordagens sobre a Real Feitoria do Linho Cânhamo em Canguçu-RS

